



CENTRO UNIVERSITÁRIO DE BRASÍLIA – UniCEUB
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – FASA
CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
HABILITAÇÃO EM JORNALISMO
DISCIPLINA: MONOGRAFIA
PROF ORIENTADOR: FERNANDO ANTÔNIO PEREIRA BRAGA, MsC

Estudo de caso: Folha de S.Paulo e a privatização da Companhia
Vale do Rio Doce (CVRD)

Rayane Paula Silva Ribas
RA: 2041296/8

Brasília, outubro de 2007

Rayane Paula Silva Ribas

Estudo de caso : Folha de S.Paulo e a privatização da
Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)

Trabalho apresentado à Faculdade de
Ciências Sociais Aplicadas, como
requisito parcial para a obtenção ao grau
de Bacharel em Comunicação Social
com habilitação em Jornalismo no Centro
Universitário de Brasília – UniCEUB.

Prof . MsC. Fernando Braga

Brasília, outubro de 2007

Rayane Paula Silva Ribas

Estudo de caso : Folha de S.Paulo e a privatização da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD)

Trabalho apresentado à Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, como requisito parcial para a obtenção ao grau de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB.

Prof . MsC Fernando Braga

Banca Examinadora

Prof. Fernando Braga, MsC
Orientador

Prof. Severino Francisco
Examinador

Prof. Renato Ferraz
Examinador

Brasília, outubro, 2007

Dedicatória

Dedico esse trabalho a todas as pessoas que estiveram presentes em minha vida nesses quatro anos. À minha família, mãe, pai Beto, vovó, namorado. Todos foram fundamentais para a conclusão deste projeto. Dedico em especial, a alguém que conheci durante as aulas e foi por alguns semestres minha melhor amiga: Natália Carreira não pôde me ajudar com mais este trabalho, mas sei que, independente de onde ela esteja, está vibrando com mais esta vitória.

Agradecimentos

Agradeço ao professor Fernando Braga, por me mostrar a luz no fim do túnel, mesmo quando pensei que tudo estava perdido. E aos colegas de Cáritas – que muito me ajudaram.

"Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido."
Charles Chaplin

RESUMO

Esta pesquisa buscou analisar a forma em que o jornal mais lido do país se comportou diante de um dos mais polêmicos processos de privatização do Brasil. Com o objetivo de entender a forma em que a cobertura aconteceu, foi utilizado o método de análise de conteúdo. Estudou-se o volume de notícias favoráveis e contrárias à privatização, o uso de palavras tendenciosas e a quantidade de artigos e editoriais publicados. Com isso, a desestatização da maior exportadora de minérios de ferro do mundo pode ser melhor esclarecida.

Palavras-chave: privatização – Companhia Vale do Rio Doce – Folha de S.Paulo – análise de conteúdo

Sumário

Introdução.....	9
Capítulo 1 – Metodologia: Estudo de caso.....	11
Capítulo 2 – Análise de Conteúdo.....	14
Capítulo 3 – A Companhia Vale do Rio Doce	19
3.1 – Privatização	20
3.2 – Plebiscito	23
Capítulo 4 – As privatizações no Brasil	25
Capítulo 5 - A Folha de S.Paulo	28
Capítulo 6 – Análise do conteúdo da Folha.....	30
6.1) Manchetes	30
6.2) Conteúdo	31
6.3) Recursos	33
6.4) Tendência	33
Conclusão	35
Referências bibliográficas	36

Introdução

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce foi polêmica e por isso deve ser estudada. As denúncias de que houve corrupção durante o processo não foram provadas. O governo, desde então, nunca se pronunciou sobre o assunto.

Em setembro de 2007, movimentos sociais, pastorais e centrais sindicais realizaram um Plebiscito Popular pela anulação do leilão que privatizou a estatal nos mesmos moldes do Plebiscito da Alca, realizado em 2002.

Segundo recente pesquisa encomendada pelo partido Democratas (realizada entre os dias 19 e 22 de maio de 2007 pelo Instituto GPP – Planejamento e Pesquisa com duas mil pessoas de 17 Estados brasileiros) 50,3% dos entrevistados são a favor da retomada da empresa pelo governo.

Verifica-se com a pesquisa e ainda, com todas as discussões existentes sobre o assunto, que a privatização da Vale do Rio Doce não é um consenso e, por isso, merece esclarecimentos.

A população demonstrava falta de informação. Assim, o assunto fez-se importante porque ainda necessita de esclarecimentos para que a sociedade tenha opinião própria e não reproduza discursos prontos e tendenciosos.

Abordando o assunto pelo ponto de vista da cobertura jornalística também há opiniões diversas. Os veículos fizeram abordagens diferentes e, em especial a Folha de S.Paulo. Observava-se no início, na maioria delas, forte apelo opinativo e parcial. Entretanto, no decorrer da pesquisa não constatamos falta de princípios jornalísticos.

O papel da imprensa brasileira de informar, de forma imparcial, a sociedade pode ter sido pressionado por interesses dos grandes empresários. Este trabalho é importante academicamente porque objetiva diferenciar o discurso

jornalístico do publicitário, em que o principal objetivo é influenciar a população de que algo é certo ou errado.

Capítulo 1 – Metodologia: Estudo de caso

O estudo de caso é um método de análise qualitativo amplamente utilizado nas ciências biomédicas e sociais. É um tipo de pesquisa de forte cunho descritivo. No entanto, não basta ser descritivo. Deve-se ser analítico, de forma que interrogue a situação. Consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento. Normalmente seus resultados não são conclusivos e sim hipotéticos. Por lidar com fatos/fenômenos normalmente isolados, Antonio dos Santos¹ diz que o estudo de caso exige do pesquisador grande equilíbrio intelectual e capacidade de observação, além de parcimônia quanto à generalização de resultados.

Sua principal função é explicar sistematicamente os fatos que ocorrem no contexto social e geralmente se relacionam com uma multiplicidade de variáveis.

Quando assim ocorre, os dados devem ser representados sob a forma de tabelas, quadros, gráficos estatísticos e por meio de uma análise descritiva que os caracterizam. (Fachin, 2001. p 43)

É bom frisar que mesmo no estudo de caso, o interesse primeiro não é pelo caso em si, mas pelo que ele sugere a respeito do todo.

Segundo Antonio Gil², embora esse tipo de estudo já tenha sido considerado pouco rigoroso, hoje ele é encarado como o delineamento mais adequado para a investigação de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real.

Segundo a professora da Universidade Luterana do Brasil Maria Hoffman Martins pode-se confrontar as situações com outras já conhecidas ou teorias existentes.

¹ SANTOS, Antonio Raimundo dos. Metodologia científica: a construção do conhecimento. Rio de Janeiro; 2000. DP&A editora

² GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo; 2002. Editora Atlas

Pode ajudar a gerar novas teorias e novas questões para futura investigação. As características ou princípios associados ao estudo de caso se superpõem às características gerais da pesquisa qualitativa. (<http://mariaalicehof5.vilabol.uol.com.br/> - em 28/9/2007)

Segundo ela, entre as características dos estudos de caso destacam-se: visar a descoberta, enfatizar a interpretação em contexto, buscar retratar a realidade de forma completa e profunda, usar uma variedade de fontes de informação e procurar representar os diferentes pontos de vista presentes em uma situação social.

Antonio Gil destaca que o estudo de caso pode ter diferentes propósitos tais como:

- a) Explorar situações da vida real cujos limites não estão claramente definidos;
- b) Preservar o caráter unitário do objeto estudado;
- c) Descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação;
- d) Formular hipóteses ou desenvolver teorias; e
- e) Explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos. (Gil, 2002. p.54)

A despeito de sua crescente utilização nas ciências sociais, encontram-se muitas objeções a sua aplicação. Entre elas, a falta de rigor metodológico e o tempo destinado à pesquisa.

A falta de definição de procedimentos metodológicos rígidos pode, em alguns casos, comprometer a qualidade dos resultados. Uma alternativa para fugir desse problema é, para Gil, propor ao pesquisador disposto a desenvolver estudos de caso que ele redobre seus cuidados tanto no planejamento quanto na coleta e análise dos dados. Isso minimizará os efeitos dos vieses.

Alega-se que os estudos de caso demandam muito tempo para serem

realizados e que freqüentemente seus resultados tornam-se pouco consistente.

De fato, os primeiros trabalhos qualificados como estudo de caso nas Ciências Sociais foram desenvolvidos em longos períodos de tempo. Todavia, a experiência acumulada nas últimas décadas mostra que é possível a realização de estudos de caso em períodos mais curtos e com resultados passíveis de confirmação por outros estudos. (Gil, 2002. p. 55)

É muito importante que não haja confusão entre situações, condições e fatos que são apresentados a título de exemplos (*cases*). Por representar uma situação singular da realidade bem delimitada, o estudo de caso não deve ser entendido como um simples exemplo. Deve permitir um confronto entre o conhecimento teórico acumulado sobre o tema e os aspectos da realidade que explora, afirma Ofélia Charoux³.

³ CHAROUX, Ofélia M. G. Metodologia: processo de produção, registro e relato do conhecimento. São Paulo; 2004. DVS editora

Capítulo 2 – Análise de Conteúdo

Desenvolvida nos Estados Unidos, no início do século XX, a análise de conteúdo é um conjunto de instrumentos metodológicos que se aplicam aos mais diversos discursos a fim de fazer uma análise da comunicação. B. Berelson deu, no fim dos anos 40, a melhor definição:

A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação. (B. BERELSON; 1997,pg20)

A análise de conteúdo aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição de conteúdo das mensagens. Segundo L.Bardin⁴, sua intenção é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não).

O analista tira partido do tratamento das mensagens ou manipula, para inferir conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre seu meio. Trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos.

O texto analisado deve ter, primeiramente, suas características enumeradas e resumidas. Por último ele é interpretado (ter suas significações feitas a partir de suas características). O processo intermediário é inferência (dedução de maneira lógica).

Dois tipos de problema podem ser respondidos pelas inferências:

O que é que conduziu a um determinado enunciado?

Quais as conseqüências que um determinado enunciado vai

⁴ BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo, Lisboa: Edições 70, 1977.

provavelmente provocar?

Qualquer análise de conteúdo visa, não o estudo da língua ou da linguagem, mas sim a determinação mais ou menos parcial do que chamaremos de condições de produção dos textos, que são o objeto deste trabalho. O que tentamos caracterizar são estas condições de produção e não os próprios textos. O conjunto das condições de produção, constitui o campo das determinações dos textos.

A especificidade da análise de conteúdo reside nesta articulação entre: superfície dos textos, descrita e analisada (pelo menos alguns elementos característicos) e os fatores que determinaram estas características, deduzidos logicamente.

O que se procura estabelecer quando se realiza uma análise conscientemente ou não, é uma correspondência entre as estruturas semânticas ou lingüísticas e as estruturas psicológicas ou sociológicas dos enunciados. Uma outra definição de L. Bardin é que a análise de conteúdo é

um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin; 1977, 96)

É muito comum confundir a lingüística e a análise de conteúdo pois as duas têm o mesmo objetivo: a linguagem. Porém, segundo Saussure, o objeto da lingüística é a língua, o aspecto coletivo e virtual da linguagem. O da análise de conteúdo é a palavra, o aspecto individual e atual da linguagem. A lingüística trabalha numa língua teórica, a análise de conteúdo trabalha a palavra, a prática da língua realizada por emissores identificáveis, toma em consideração as significações, eventualmente a sua forma e a distribuição destes conteúdos e formas.

Segundo Bardin a leitura efetuada pelo analista, do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura ao pé da letra, mas antes o

realçar de um sentido que se encontra em segundo plano.

Não se trata de atravessar significantes para atingir significados, à semelhança de decifração normal, mas atingir através de significantes ou de significados (manipulados), outros significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica, etc. (Bardin; 1977, p.41)

A análise de conteúdo é dividida em três fases cronológicas:

1 Pré-análise – É a fase de organização. É normalmente constituída por três missões: a escolha dos documentos a serem submetidos à análise; a formulação das hipóteses e dos objetivos; e a elaboração de indicadores que dêem fundamento para a interpretação final.

2 Exploração do material – É, normalmente, a administração sistemática das decisões tomadas. Para isso, a primeira fase deve ter sido concluída de forma eficiente. Consiste basicamente, da decodificação dos materiais selecionados.

3 Tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação – É o estudo aprofundado dos materiais.

Em relação à primeira fase, Bardin destaca a formulação das hipóteses e dos objetivos.

Uma hipótese é a afirmação provisória que nos propomos verificar (confirmar ou infirmar), recorrendo aos procedimentos de análise. Trata-se de uma suposição cuja origem é a intuição e que permanece em suspenso enquanto não for submetida à prova de dados seguros. O objectivo é a finalidade geral a que nos propomos (ou que é fomecida por uma instância exterior), o quadro teórico e/ou pragmático, no qual os resultados obtidos serão utilizados. (Bardin; 1977, p 98)

Albert Kientz (1973) afirma que a análise de conteúdo fornece os elementos de resposta e os instrumentos que permitem uma medida aproximada de legibilidade ou audibilidade.

Segundo Kientz, a maioria das aplicações que a psicologia e as

ciências políticas fizeram da análise de conteúdo visa a obtenção de informações sobre a fonte da qual promanam as mensagens analisadas e isso numa dupla direção.

Aplicada aos conteúdos das comunicações de massa, a análise de conteúdo que visa, segundo o modelo “representacional”, obter informações sobre a psicologia do emissor choca-se com uma dificuldade particular: as mensagens dos media são quase sempre, mesmo quando uma obra assinada, uma obra coletiva. Seria um tanto arriscado querer encontrar, através delas, indicações precisas sobre os que para elas colaboram; de fato, como determinar a contribuição de cada um? A análise das mensagens que são difundidas pelos media permite, entretanto, apurar com exatidão as atitudes, as tendências e, em última análise, o espírito que caracteriza o jornal, a emissora de rádio ou a rede de televisão. (KIENTZ; 1973. p 58)

Kientz observa um aspecto interessante quando diz que inúmeras análises da imprensa dedicaram-se a estudar as atitudes adotadas por diferentes jornais em período eleitoral, durante crises internacionais ou a propósito de determinados eventos. “A análise das características do conteúdo de um *media* leva, quase inevitavelmente, à formulação de hipóteses sobre as funções que ele assume”.
Pg 71

A análise de conteúdo permite revelar, segundo Kientz, (no sentido fotográfico) os modelos, as imagens, os estereótipos, que circulam na cultura de massa. Em consonância com a idéia, o pesquisador ressalta que a análise de conteúdo é, por si só, insuficiente para prever e explicar os efeitos sobre os receptores.

Albert Kientz esclarece os métodos pelos quais se pode construir uma análise de conteúdo. Ele esclarece que existem quatro exigências fundamentais. A primeira diz respeito à objetividade. Kientz explica que essa exigência estipula que a análise deve poder ser verificada e reproduzida à vontade. “Qualquer outro investigador, não importa quem, se utilizar os mesmos métodos, deverá poder chegar aos mesmos resultados” (pg 155).

Na segunda exigência requer ao pesquisador “ser sistemático”. “Implica em que a análise deve tomar em consideração tudo o que, no conteúdo, decorre do problema estudado e analisá-lo em função de todas as categorias retidas para fins de

pesquisa” (pg 156).

A terceira exigência consiste em abordar apenas o conteúdo manifesto, com o intuito de eliminar as idéias *a priori*, os “preconceitos” do pesquisador. “A análise deve apenas abordar o conteúdo manifesto, o que foi efetivamente expresso e não o conteúdo presumido em função do que se diz ou se crê saber sobre a psicologia e as intenções dos autores-emissores” (pg 157).

A quarta exigência consiste em quantificar e é a que caracteriza melhor a análise de conteúdo e a que suscitou as mais sérias contestações. De acordo com Kientz, visa dar peso e rigor à análise, substituindo o que é apenas impressão inverificável por medidas precisas. “Considera-se toda e qualquer mensagem uma seqüência de elementos isoláveis, suscetíveis de serem ordenados por categorias e tratados de maneira estatística” (pg 157).

Sobre a definição dos objetivos da pesquisa, Kientz assevera que não basta saber qual o tipo de material que se deseja analisar, a imprensa, por exemplo; também é preciso definir com precisão o que se visa através dessa análise: “estabelecer a estrutura do jornal, revelar suas tendências, sua ideologia, elucidar as técnicas de *rewritng*, destacar as características da escrita de imprensa etc” (pg 161).

Capítulo 3 – A Companhia Vale do Rio Doce

Uma das maiores potências minerais do mundo, o Brasil possui enorme qualidade e variedade de minérios. A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) é o símbolo de destaque nesta área, sendo a maior exportadora de minério de ferro do mundo.

Fundada em 1942, por meio do Decreto-Lei nº 4.352, durante o governo de Getúlio Vargas, a Companhia tornou-se, em 65 anos, a maior empresa de mineração diversificada das Américas e a segunda maior do mundo.

A Vale do Rio Doce foi criada durante a Segunda Guerra Mundial, para cobrir a procura da Inglaterra e dos EUA por minérios de ferro para a fabricação de armas. Nos chamados “Acordos de Washington”, firmados no dia 3 de março de 1942, nos EUA, o governo britânico se dispunha a transferir ao governo brasileiro o controle das jazidas de minério de ferro pertencentes à Itabira Iron Ore, substituída pela Vale. E o governo estadunidense se comprometia a um financiamento no valor de 14 milhões de dólares. Para tanto, o Tesouro Nacional indenizou os acionistas da empresa inglesa Itabira Iron Ore e da Estrada de Ferro Vitória-Minas que antes controlavam as minas. Os Estados Unidos “nos exigiram, em contrapartida, a cessão das bases do Nordeste para as operações das forças estadunidenses e o envio de tropas brasileiras para a guerra na Europa. Ali perdemos vidas valiosas (...) Não investimos na Vale somente os recursos do Erário; investimos em sangue” (Mauro Santayana, Agência Carta Maior, 2005).

Na década de 50, o governo brasileiro assumiu o controle definitivo do sistema operacional da Vale do Rio Doce. Nos anos 70, a companhia se tornou a maior exportadora de minério de ferro do mundo e foi levada pelo governo brasileiro ao Norte do país. Em 1995, a CVRD foi considerada pelo Instituto Brasileiro de Economia a primeira empresa no ranking nacional.

Hoje, é um complexo mineral e industrial gigantesco, eficiente do ponto

de vista técnico, dispondo inclusive de um centro próprio de pesquisas.

Está presente em 13 Estados brasileiros: Pará, Maranhão, Tocantins, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

E ainda, em 16 países: África do Sul, Angola, Argentina, Austrália, Chile, China, Estados Unidos, França, Gabão, Índia, Japão, Moçambique, Mongólia, Noruega, Peru e Suíça.

A empresa também controla seis usinas hidrelétricas, que já se encontram em operação: Igarapava, Porto Estrela, Candonga, Funil, Eliezer Batista, Amador Aguiar I e II. Juntas, as hidrelétricas geram 1.422 megawatts de energia. E, ainda, opera nove mil quilômetros de estradas de ferro e dez portos.

A Companhia é de grande importância para o Brasil. No dia 28 de setembro de 2007, ela ultrapassou o valor de mercado da Petrobras. O fato mostra o risco político da empresa. Essa valorização levou a mineradora a atingir em 1º de outubro de 2007 o valor de R\$ 303,5 bilhões. Em 1999, esse valor era de R\$ 8 bilhões.

3.1 – Privatização

Durante 55 anos a Vale do Rio Doce foi uma empresa mista e o seu controle acionário pertencia ao Estado brasileiro.

Desde 1984, a privatização da estatal já era cogitada e alvo de muitas discussões. Segundo Severo Gomes⁵, já na década de 80 o imenso complexo da Vale do Rio Doce, agente fundamental no processo de desenvolvimento brasileiro, esteve a ponto de ter seu controle transferido para grupos privados, através de uma bem sucedida operação que foi abortada nos últimos momentos.

⁵ GOMES, Severo. Companhia Vale do Rio Doce – Uma investigação truncada. São Paulo: Ed. Paz e terra, 1987

O valor contábil desse imenso patrimônio seria convertido em alguns poucos bilhões de dólares (...) As correções monetárias introduzidas nos demonstrativos financeiros conduziram, em geral, a distorções expressivas. No caso da Vale, os registros contábeis ficam bem mais complicados pela diversidade de moedas com que opera e a flutuação das taxas cambiais adotadas para conversão. (Gomes, 1987. p 20)

Em 1990, por meio do Decreto nº 1510, o então presidente da República Fernando Collor de Melo criou o Programa Nacional de Desestatização (PND). Anos depois, em 1997, o presidente Fernando Henrique Cardoso, seguindo à risca os planos de privatizações, incluiu a Companhia Vale do Rio Doce no PND, deixando a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) organizar o processo de privatização por meio de um leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

O argumento do governo foi, entre outros, a ausência de recursos livres do Estado para realizar tarefas típicas na promoção da educação básica, saúde, segurança pública, saneamento e habitação. Outro argumento era de que a Vale não conseguia fazer investimentos necessários para aumentar sua produtividade e obter maior taxa de retorno sobre o capital investido e que ela vinha perdendo capacidade de dar respostas adequadas às crescentes exigências dos mercados em que atuava. Finalmente, com a privatização, a Companhia seria capaz de continuar a cumprir papel relevante no novo ciclo de crescimento do país, gerando riquezas e impostos, desenvolvimento tecnológico, aumento de exportações, novas oportunidades de emprego e atração de investimentos de longo prazo.

Outra razão alegada pelo governo, e essa com mais força, foi que o Estado já não teria condições de administrá-la e, ao vendê-la, o governo amortizaria uma parte da dívida pública interna e externa.

A Vale foi privatizada com ágio de 19,98% em relação ao preço mínimo fixado pelo governo. Cada ação foi vendida por R\$ 32,00, contra um preço mínimo de R\$ 26,67. O grupo comprou 41,73% das ações da Vale, assim divididas: 16,3% (R\$ 1,3 bilhão) das ações ficaram com a Companhia Siderúrgica Nacional

(CSN); 10,43% (R\$ 834,5 milhões) com a Litel Participações (fundos de pensão); 10% (R\$ 800 milhões) com a Eletron S/A (liderada pelo banco Opportunity); e 5% (R\$ 400 milhões) com a Sweet River (Nations Bank).

O Nations Bank também entrou com mais R\$ 1,2 bilhão no negócio, dinheiro emprestado à CSN para que a siderúrgica pudesse liderar a compra. O investidor húngaro George Soros também entrou com R\$ 100 milhões na compra da Vale.

O consórcio Valecom (liderado pelo Votorantim) era o outro concorrente do leilão. Até o início de 1997, reuniam-se em torno do empresário Antônio Ermírio de Moraes, do Votorantim, o Bradesco e o empresário Benjamin Steinbruch, da CSN.

Em fevereiro de 1997, houve uma cisão. A negociação de Antônio Ermírio com a sul-africana Anglo American desagradou Steinbruch, que rompeu a aliança com receio de ficar em posição secundária no consórcio. Ele se desligou do grupo, levando consigo o Bradesco.

Em 7 de maio do mesmo ano, a CVRD foi privatizada por R\$ 3,3 bilhões. O comprador foi o Consórcio Brasil, liderado pela CSN, que adquiriu 41,73% das ações ordinárias do governo federal.

Segundo uma cartilha⁶ publicada por movimentos sociais, o patrimônio da mineradora era calculado, na época, em R\$ 10 bilhões. “A empresa Merrill Lynch, contratada para avaliar estatal, fez uma avaliação equivocada. Não incluiu a inteligência acumulada da Companhia e as mais de 30 empresas coligadas e subsidiárias”.

O edital levou em conta apenas questões de mercado. Desconsiderou o imenso patrimônio construído ao longo dos anos. Desconsiderou as forças produtivas da companhia, como tecnologia e recursos naturais. (P.Maldos; 2007, p 41).

⁶ MALDOS, Paulo. A Vale é nossa - A venda da Vale do Rio Doce: essa história vale?. São Paulo, 2007.

Em 8 de maio de 1995, a direção da Vale informou à Securities and Exchange Commission que suas reservas lavráveis de minério de ferro em Minas Gerais totalizavam 7.918 bilhões de toneladas. No edital de privatização, porém, constou apenas 1,4 bilhão de toneladas. Em relação às minas de ferro da Serra de Carajás, a Vale informou que suas reservas eram de 4.970 bilhões de toneladas. O edital de privatização subtraiu 3,17 bilhões de toneladas, apresentando a reserva com apenas 1,8 bilhão de toneladas.

A privatização foi controversa, principalmente porque se tratava de uma empresa lucrativa e eficiente, e que detinha grande infra-estrutura, reunindo navios, portos e ferrovias.

Atualmente, existem mais de cem ações populares contra o leilão. Em outubro de 2005, o Tribunal Regional Federal de Brasília julgou que 69 dessas ações não seguiriam arquivadas em Belém (PA), por não terem sido devidamente apreciadas. As ações dizem respeito, entre outras questões, à presença do Bradesco no leilão, já que ele participou da formulação do edital de venda da CVRD. Hoje, o Bradesco é um dos acionistas da empresa. Movimentos sociais dizem ter dúvidas também quanto à consultora estadunidense Merrill Lynch, pois tinha relação de negócios, na época, com o Anglo American, grupo que participou da venda da Vale.

Como afirmamos durante o capítulo, a venda da Vale foi, e continua a ser ainda hoje, muito polêmica. O que se pode concluir com esses estudos é que o valor pago pela mineradora foi bem abaixo do que ela custava na época. E ainda, deixa espaço para reflexão a respeito da importância das privatizações de empresas estatais. Exemplos não faltam mas citaremos apenas a telefonia brasileira. Sempre haverá um lado, que será beneficiado com o negócio, e outro que provavelmente não terá motivos para comemorações.

3.2 – Plebiscito

Com os argumentos citados acima, os movimentos sociais, pastorais e centrais sindicais organizaram um Plebiscito Nacional pela anulação do leilão de privatização da Companhia Vale do Rio Doce, o terceiro Plebiscito Popular da história do Brasil. De 1º a 9 de setembro de 2007, manifestantes foram às ruas para recolher assinaturas sob o lema “A Vale é nossa”. O formato de consulta popular seguiu modelo já utilizado em 2000, que questionou o pagamento da dívida externa e, de 2003, que colocou em xeque a entrada do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca).

O objetivo principal foi discutir o papel do Estado brasileiro, dentro de um projeto no qual o povo se beneficie das riquezas do país. O economista Marcos Arruda disse ao jornal Brasil de Fato (abril de 2007), que a campanha seguiu três caminhos: a discussão sobre soberania envolvendo os recursos naturais brasileiros – levando em conta que a CVRD é consumidora de grande quantidade de água, pautar a sociedade sobre as privatizações feitas entre 1990 e 2002 e a questão do endividamento do país, que, segundo o economista, transfere o dinheiro do povo – pago nos impostos – para o mercado financeiro e reduz investimentos em áreas sociais.

“Em 2006, a dívida pública transferiu R\$ 275 bilhões que saíram dos cofres do país para os banqueiros, enquanto o gasto com a Previdência foi de R\$ 193 bilhões”, afirma. (Brasil de Fato, abril de 2007)

Cerca de 80 mil pessoas estiveram envolvidas como multiplicadoras, debatedoras e mesárias. Cerca de 40 mil urnas foram espalhadas em 3.157 municípios em todos os 26 Estados e o Distrito Federal. A expectativa dos organizadores era que mais de seis milhões de pessoas tivessem exposto, através do voto, sua opinião sobre a privatização da Vale. Em alguns Estados, os comitês organizadores puderam optar em acrescentar nas cédulas, outras três questões sobre: o alto preço da energia, a reforma da previdência e o não pagamento da dívida pública interna.

Apesar de toda mobilização, o resultado final do plebiscito foi abaixo do esperado: mais de três milhões e setecentas mil assinaturas em todo o país. Desses, 94,5% defenderam a volta da Vale do Rio Doce para o poder público. Os números foram divulgados em 8 de outubro de 2007, em entrevista coletiva na Câmara dos

Deputados.

Capítulo 4 – As privatizações no Brasil

O governo de Getúlio Vargas (1930-1945) ficou conhecido pela política de substituição das importações e pela posse de grandes empreendimentos de interesse estratégico para o país. Assim foram criadas: a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco, além da Petrobrás – Petróleo Brasileiro S/A.

Durante o regime militar, devido à estatização da economia, foi criado grande número de empresas estatais. As empresas atuavam em setores estratégicos mas, também, em áreas de menor importância como hotelaria e supermercados. Foi criada até mesmo uma empresa estatal para realizar apenas a construção da Ponte Rio-Niterói. O objetivo era aumentar o nacionalismo no país. Nesse período o Brasil obteve os mais altos níveis de crescimento econômico, mais de 13% em um ano.

As primeiras privatizações, ou estatizações, ocorreram em 1987, quando o BNDES privatizou 16 empresas de pequeno porte. O resultado econômico nesse momento, foi de US\$ 780 milhões. Em 1990, o BNDES foi nomeado, pelo governo federal, gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND).

Também em 1990, com a criação do PND, a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo governo de Fernando Collor de Mello. Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a venda da Usiminas, em outubro de 1991, permitiu a arrecadação de mais do dobro do que foi obtido na década de 80.

“Neste período, a prioridade para o ajuste fiscal traduziu-se na maciça utilização das chamadas ‘moedas de privatização’ - títulos representativos da dívida pública federal - na compra das estatais”.
(<http://www.bndes.gov.br/privatizacao/resultados/historico/history.asp> - em 7 de outubro de 2007)

Até 1992, 18 empresas nos setores de siderurgia, fertilizantes e petroquímica foram desestatizadas gerando aos cofres públicos US\$ 4 bilhões.

Em 1995 foi criado o Conselho Nacional de Desestatização (CND) ampliando as ações do PND. A partir de 1995, com o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso as privatizações tiveram prioridade.

O PND é apontado como um dos principais instrumentos de reforma do Estado, sendo parte integrante do programa de Governo. Foi criado o Conselho Nacional de Desestatização - CND, em substituição à Comissão Diretora, e praticamente concluída a privatização das estatais que atuam no segmento industrial. (<http://www.bndes.gov.br/privatizacao/resultados/historico/history.asp> - em 7 de outubro de 2007)

Para o Banco, essa nova fase do PND gerou melhoria da qualidade dos serviços públicos prestados à sociedade brasileira, por meio do aumento de investimentos a serem realizados pelos novos controladores. Essa fase também foi caracterizada pela desestatização de empresas estaduais.

“Foi importante porque diminuiu a participação do Estado na economia e tornou os serviços mais eficientes e baratos. Também serviu para recuperar empresas que caminhavam para a falência (...)A Embraer, a Companhia Vale do Rio Doce, o sistema Telebrás (composto por 27 empresas de telefonia fixa e 26 de telefonia celular), a Light e Companhia Siderúrgica Nacional certamente estão entre os negócios mais vultosos do processo nacional”. (<http://veja.abril.com.br/idade/exclusivo/privatizacoes/01.html> - em 7 de outubro de 2007)

Para Aloysio Biondi⁷, a população foi ludibriada . Segundo o governo as privatizações serviriam para atrair dólares, reduzindo a dívida externa do Brasil. O dinheiro arrecadado, segundo o governo, serviria para reduzir também, a dívida interna. Mas para Biondi, não foi isso o que aconteceu.

“Houve uma intensa campanha contra as estatais nos meios de comunicação, verdadeira ‘lavagem cerebral’ da população para facilitar as privatizações. Entre os principais argumentos, apareceu sempre a promessa de que elas trariam preços mais baixos para o consumidor, ‘graças à eficiência das empresas privadas’. A promessa era pura enganação. Nos casos dos serviços telefônicos e de energia elétrica, o projeto do governo sempre foi fazer exatamente o contrário, por baixo do pano, ou na surdina”. (BIONDI, 2001. p 27)

⁷ BIONDI, Aloysio. O Brasil privatizado – edição especial. São Paulo, 2001. Ed Fundação Perseu Abramo.

A dívida interna, no entanto, aumentou e a externa também. As empresas multinacionais ou brasileiras que compraram as estatais não usaram capital próprio. Tomaram empréstimos foram do País para fechar os negócios.

“Não foi feito para ‘beneficiar o consumidor’, a população, e sim levando em conta os interesses – e a busca pelos grandes lucros – dos grupos que ‘comparam’ as estatais, sejam eles brasileiros ou multinacionais. Mas há mentiras ainda maiores a serem descobertas pelos brasileiros, destruindo os argumentos que o governo e os meios de comunicação utilizaram para privatizar as estatais a toque de caixa, a preços incrivelmente baixos”. (Biondi, 20010. p26)

Capítulo 5 - A Folha de S.Paulo

A privatização da Companhia Vale do Rio Doce foi notícia na maioria dos jornais do Brasil e do Mundo entre eles, a Folha de S.Paulo, jornal de maior circulação nacional da atualidade.

Criado em 1º de janeiro de 1960, pelos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho, a Folha é a junção de três títulos: a Folha da Noite – fundada em 1921 por Olival Costa e Pedro Cunha, a Folha da Manhã – edição matutina da Folha da Noite fundada em 1925 - e a Folha da Tarde, fundada em 1925.

Na década de 80, tornou-se o jornal mais vendido do país. Segundo o grupo Folha, o sucesso foi motivado pelo projeto editorial do veículo: “pluralismo, apartidarismo, jornalismo crítico e independência”.

De acordo com a apresentação da linha editorial contida no site do veículo, por informação correta entende-se a descrição de tudo aquilo que é capaz de afetar a vida e os interesses que se acreditem ser dos leitores.

Essa descrição é realizada na forma mais sintética, despojada e distanciada possível (embora seja quase sempre impossível atingir a neutralidade absoluta. Ao contrário, isso é raramente factível. Existem, na realidade, descrições mais neutras, ou seja, mais objetivas que outras; de onde se deduz que a neutralidade é uma quimera, mas aproximar-se de neutralidade não é). (www.folha.com.br, em 30/8/2007)

O jornal assume que, desde 1981, uma de suas qualidades é ter suas próprias convicções sobre os fatos e os problemas. Para o grupo, são elas que transformam o jornal em um ser ativo, com identidade visível e um certo papel a desempenhar.

Inicialmente, a Folha apoiou o golpe militar de 1964, e a ditadura implantada, ao contrário do seu concorrente O Estado de S.Paulo, que chegou a sofrer intervenções e censura no período.

No início da década de 1970, essa postura provocou uma série de atentados contra veículos de entrega de jornais da Folha de S. Paulo, que eram incendiados por grupos de esquerda que faziam resistência à ditadura militar.

Sua ascensão veio com a presença de nomes consagrados com Boris Casoy, Clóvis Rossi e Jânio Freitas, que mudaram a linha editorial do jornal. Assim, foi o primeiro grande veículo de comunicação a aderir à campanha das Diretas Já.

Hoje, é o jornal brasileiro de maior tiragem e circulação. Segundo dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), em sua distribuição nacional aos domingos são vendidos 370.185 e em dias úteis são 299.249 exemplares. O jornal atribui esse alto índice de vendas, se tratando de Brasil, à campanha pela redemocratização do país, em 1984, quando empunhou as Diretas Já.

Temos em nosso favor a ausência de preconceito, uma posição política aberta e que encontra ampla ressonância na opinião pública, uma disposição para crescer e mudar e ainda a relativa estagnação em que se acha a maioria dos demais grandes jornais. (www.folha.com.br, em 30/8/2007)

No final da década de 80, o veículo foi o pioneiro no Brasil na instalação de computadores informatizando a redação. Foi também, o primeiro veículo de comunicação a adotar a figura do ombudsman (uma espécie de ouvidor que anota as críticas e opiniões dos leitores e tem independência para criticar matérias e reportagens do jornal sem represálias).

Capítulo 6 – Análise do conteúdo da Folha

O presente trabalho analisou o conteúdo da Folha de S.Paulo nas publicações que tiveram como assunto principal a privatização da Companhia Vale do Rio Doce no período que vai desde o anúncio, feito pelo governo, da privatização até o mês do leilão de fato. A análise foi realizada de acordo com os princípios da análise de conteúdo propostos por Laurence Bardin (1977).

Frases, palavras e expressões de relevância sobre o assunto foram selecionadas para mostrar se as publicações foram feitas de acordo com os princípios jornalísticos.

6.1) Manchetes

A maioria das manchetes analisadas demonstrou imparcialidade. As matérias dificilmente mostraram os dois lados porém, mesmo em matérias separadas, tanto os movimentos sociais quanto o governo e empresas interessadas na Companhia, tiveram espaço.

Em 27 de abril, a Folha publicou a matéria “Privatização da Vale divide paulistanos”. Embora a manchete sugerisse que o percentual de diferença fosse mínimo, a matéria explicou que a pesquisa do Instituto Datafolha dizia que 43% eram contra a privatização e 38% a favor. Não achamos que a manchete tenha traduzido a idéia principal do texto. Maior fidelidade seria se dissesse que a maioria dos paulistanos entrevistados era contra a privatização.

Algumas Manchetes:

Venda ameaça livre concorrência, diz Cade

Ermírio diz que não vai presidir a Valecom em caso de vitória
Grupo espera que governo resolva os problemas na Justiça
PM e manifestantes entram em choque
Grupo protesta em embaixadas
FHC ataca o "sentimento tosco"
Sindicalistas fazem caravana

6.2) Conteúdo

No dia 27 de abril, o jornal publicou um caderno especial sobre a Vale do Rio Doce. Nele, foi contada a história da Companhia, como ocorreria a privatização, os motivos para que a privatização ocorresse e os argumentos de quem era contra. Artigos de Itamar Franco e Antônio Kandir eram confrontados para que o leitor pudesse tirar uma conclusão. Achemos essa uma das melhores formas de fazer jornalismo. Mostrar os dois lados e deixar que o leitor tire suas próprias conclusões. Mesmo sabendo que a Folha era a favor da desestatização não consideramos que esse posicionamento tenha ficado claro em todo caderno.

No dia 29 de abril, o jornal trouxe a matéria de título “Venda ameaça concorrência, diz Cade”. No texto, explica-se que o modelo da venda da Vale traria problemas para mercado de ferro, alumínio e transportes, segundo um relatório do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade). Porém, a conclusão final é de que a empresa seja privatizada mas de uma forma diferente da proposta em edital.

Numa análise preliminar, o Cade defende que o novo controlador não tenha

direito a concentrar a exploração de novas jazidas de minério de ferro. (Folha de S.Paulo, Brasil, pg 1-6 4/13080, em 29/4/1997)

“PM e manifestantes entram em choque”, esta foi a manchete da matéria publicada também no dia 29 de abril. Nela, o repórter descreve a manifestação de um grupo de estudantes em frente ao prédio da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, local onde ocorreu o leilão de privatização. Não percebemos nenhuma expressão que tenha comprometido o conteúdo do texto, que informou ainda, que a polícia havia atingido e machucado pessoas que participavam da mobilização.

A polícia tentou empurrar os manifestantes para fora da área onde havia o protesto, deteve o sem-terra Rui Pereira da Silva e feriu no nariz o presidente da Ubes (União Brasileira de Estudantes Secundaristas), Kerinson Lopo. (Folha de S.Paulo, Brasil, pg 1-8 4/13113, em 29/4/1997)

Um editorial em 8 de maio, um dia após a privatização, comenta as vantagens e desvantagens das privatizações, em especial a da Vale. Porém, finaliza o texto ressaltando a importância da privatização e que mesmo que ela não seja a solução, pode “reduzir alguns males da concentração econômica” do País. Não acreditamos que isso seja algo grave já que é esse o espaço que o jornal tem para expor sua posição a respeito do assunto.

Quando o governo abre mão de ser ele mesmo um agente produtivo e transfere à iniciativa privada suas empresas, a tendência é aumentar a eficiência de cada empresa privatizada. O governo livra-se de encargos que não pode cumprir com eficiência e de preocupações extemporâneas. (Folha de S.Paulo, opinião: editorial, pg 1-2 5/3697, em 8/5/1997)

Entretanto, isso não deve significar uma súbita e total eliminação da função fiscalizadora do Estado. Quando se trata de empresas que, como a Vale, concentram enorme poder econômico, devem entrar em consideração aspectos que afetam o grau de concorrência no sistema econômico. (Folha de S.Paulo, opinião: editorial, pg 1-2 5/3697, em 8/5/1997)

Por diversas vezes a Folha citou matérias que haviam sido publicadas em jornais estrangeiros. Na maioria, as mobilizações eram comentadas como uma forma de atrapalhar o governo. Em uma delas, do jornal Le Monde, afirma que acabou o “estado de graça” do governo FHC com a população brasileira.

Passado o leilão, o jornal limitou-se a publicar matérias de economia em que falava dos valores, das empresas que haviam disputado, como ficaria a divisão entre acionistas etc.

6.3) Recursos

Para enriquecer as publicações a Folha fez uso de vários recursos que ajudarão o leitor a entender melhor todo o processo de desestatização. Vários quadros fizeram esse papel entre eles: “Entenda a disputa jurídica”, “Histórico das ações jurídicas – cronologia”, além de um quadro em que cita quem eram os donos da Vale e qual a porcentagem da empresa que pertenciam a eles.

6.4) Tendência

Muitos artigos e colunas foram publicadas sobre o assunto. E foi nesses espaços que as opiniões tiveram espaço. A maioria era de pessoas que consideravam absurdo haver opiniões contrárias à privatização. Porém, em algumas oportunidades, Dom Luciano Mendes e Carlos Heitor Cony puderam expor os motivos pelos quais a Vale não deveria ser privatizada.

Tivemos a impressão que o jornal quis colocar suas opiniões na boca das outras pessoas por meio das colunas. O número foi muito grande, o que fez com que, mesmo que o leitor lesse e visse algo não tendencioso, ele era manipulado pelas idéias “impostas” pelos colunistas.

Abrimos aqui espaço para comentar a opinião do ombudsman da folha, em 20 de abril de 1997, de título “Maior buraco da Vale é a desinformação”. No texto, é criticada a forma em que as posições editoriais, inclusive da própria Folha, contaminam o noticiário.

Num momento em que o denunciismo entra em crise, a cobertura do debate em torno da privatização da Vale do Rio Doce, uma empresa gigantesca, símbolo

de uma época e de um projeto de país, poderia marcar o início de um novo jornalismo. Esgotado o imediatismo das campanhas, a imprensa deveria aproveitar para mergulhar num trabalho mais técnico, saltar um degrau em direção a métodos de apuração mais científicos e frios, evitar a subordinação do debate dos temas à sua superfície ideológica, redutora. (...)Têm sido oferecidas respostas a estas questões – não há falta de notícias, falta informação – mas não de maneira independente, como só a imprensa pode e tem de produzir. Como ainda não o fez, corre o risco de vir a ser cobrada por omissão mais uma vez, vendo rebaixada sua posição entre as instituições do país. (http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_19970420.htm - em 20 de julho de 2007)

Conclusão

Quando iniciamos o trabalho pensávamos que ele seria baseado em críticas à Folha de São Paulo. As reclamações dos movimentos sociais eram de que não havia espaço na mídia para as mobilizações, que muitas vezes passavam despercebidas.

Entretanto, a hipótese cair por terra ao perceber que várias matérias tratavam das manifestações populares contra a privatização. E ainda, matérias que davam espaço para os dois posicionamentos.

Porém, o objetivo de analisar o papel da imprensa diante de um assunto tão polêmico foi alcançado. Um breve histórico da Companhia Vale do Rio Doce e das privatizações serviu para situar o leitor sobre o assunto.

A conclusão é de que a Folha de S.Paulo cumpriu o papel de um bom jornal. As matérias foram, em sua maioria, noticiosas – descreviam o momento. Ainda que o grupo tenha deixado seu posicionamento claro por meio de editoriais e artigos.

A análise final é mesmo que, por mais que os jornais tentem ser imparciais, essa é uma qualidade a qual as redações carecem. Assim, a solução dos jornais para fugirem de textos altamente opinativos é dando apenas o *lead*.

Referências bibliográficas

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. Rio de Janeiro: DP&A editora 3ª edição, 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Editora Atlas 4ª edição, 2002.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Editora Saraiva 3ª edição, 2001.

MALDOS, Paulo. **A Vale é nossa - A venda da Vale do Rio Doce: essa história vale?**. São Paulo, 2007.

CHAROUX, Ofélia M. G. **Metodologia: processo de produção, registro e relato do conhecimento**. São Paulo: DVS editora, 2004.

BIONDI, Aloysio. **O Brasil privatizado – edição especial**. São Paulo: Ed Fundação Perseu Abramo, 2001.

GOMES, Severo. **Companhia Vale do Rio Doce – Uma investigação truncada**. São Paulo: Ed. Paz e terra, 1987

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

KIENTZ, Albert. **Comunicação de massa-análise de conteúdo**. São Paulo: Editora Eldorado, 1975.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

MOTTA, Luiz Gonzaga (org.). **Imprensa e poder**. Brasília: Editora UnB, 2002.

VALENTE, Jonas. **Parlamentares apóiam revisão do processo de privatização. 2006**, disponível em <http://www.consciencia.net/2006/0219-vale.html>

SANTOS, Mario Vitor. **Maior buraco da Vale é desinformação**. 1997, disponível em http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/omb_19970420.htm

Companhia Vale do Rio Doce, disponível em <http://www.cvrld.com.br/>

Jornal Folha de São Paulo, disponível em <http://www.folha.com.br>